



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681313 - MG (2021/0226126-0)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : JOAO PAULO LOPES SOARES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALEXANDRE AMARAL RODRIGUES - MG115548  
JOAO PAULO LOPES SOARES - MG160278  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : CARLOS EDUARDO CANDIDO OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS EDUARDO CANDIDO OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.084644-0/000).

Extraí-se da petição inicial que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime descrito no art. 33 da Lei n. 11. 343/2006.

O impetrante sustenta que "o paciente se mantém encarcerado há quase 50 (cinquenta) dias, baseada a prisão preventiva em motivos puramente genéricos e abstratos, incapazes de solidificar o aprisionamento cautelar." (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a consequente expedição do alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente, sendo certo que o impetrante limitou-se à juntar aos autos a ementa de um julgado sem qualquer referência ao Tribunal que a proferiu tampouco há documentos que comprove que essa ementa refere-se à *habeas corpus* impetrado em favor do paciente.

A ausência de documentos essenciais torna inviável a apreciação do pedido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente